



COMPANHIA DE HABITAÇÃO DA BAIXADA SANTISTA - COHAB-ST
C.N.P.J. 58.158.635/0001-00

Em Reais

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2012					
ATIVO	31/12/2012	31/12/2011	PASSIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa	2.397,65	3.291,19	Fornecedores e Prestadores de Serviços	259.553,56	3.283.198,73
Depósitos Bancários a Vista	5.590,81	6.204,10	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 4i)	1.713.398,29	5.182.503,65
Títulos, Valores Mob. e Depósitos	1.746,19	1.746,19	Obrigações Relativas a Empregados	64.915,44	26.401,32
Adiantamentos a Funcionários	38.985,91	58.517,20	Obrigações por Empréstimos (Nota 4j)	361.366.166,06	294.042.376,20
Prestações a Receber (Nota 4b)	30.277.096,98	30.161.279,20	Recebimentos por Conta de Sinistros (Nota 4k)	22.668,95	22.668,95
(Provisão de Juros Contratuais) (Nota 4b)	(1.912.545,87)	(1.521.577,62)	Prêmios de Seguros a Pagar (Nota 4l)	25.017.839,35	24.009.326,18
(Provisão para Devedores Duidosos) (Nota 4b)	(802.177,22)	0,00	FCVS a Recolher (Nota 4m)	8.088.278,29	7.495.742,52
Indenização a Receber da Seguradora	95.704,90	95.428,44	Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo (Nota 4n)	935.987,80	910.303,65
Despesas Antecipadas	4.323,88	4.276,47	Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo (Nota 4n)	935.987,80	910.303,65
Outros Valores Realizáveis a Curto Prazo (Nota 4c)	25.932.103,59	24.435.687,30			
Total do Ativo Circulante	53.643.226,82	53.244.852,47	Total do Passivo Circulante	397.468.807,74	334.972.521,20
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO			Empréstimos na C.E.F. – Fase Retorno (Nota 4o)	19.981.492,14	46.730.157,74
Devedores por Vendas Compromissadas (Nota 4d)	9.881.600,28	10.166.359,69	Recursos Orig. Taxa de Transferência	31.468,67	31.468,67
(Provisão de Juros Contratuais) (Nota 4d)	(9.027.946,99)	(9.821.956,04)	Contribuições a Recolher – INSS – TADF (Nota 4p)	18.311.039,96	14.462.756,62
Bens Imóveis Disp. p/Comercialização	444.217,67	391.591,76	Outros Valores Exigíveis a Longo Prazo (Nota 4q)	7.453.618,87	8.126.314,24
Projetos em Fase de Desenvolvimento (Nota 4e)	14.943.532,60	14.186.630,23	Total do Passivo Não Circulante	45.777.619,64	69.350.697,27
Terrenos	861.290,64	861.290,64			
FCVS a Receber à Longo Prazo (Nota 4f e Nota 5a)	119.540.841,56	118.736.624,67	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo	374.324,77	271.723,90	Capital Social (Nota 4)	1.806.000,00	1.806.000,00
Total do Realizável à Longo Prazo	137.017.860,53	134.792.264,85	Reserva de Capital	726,08	726,08
Investimentos (Nota 4g)	33.519,83	33.519,83	Prejuízos Acumulados	(253.957.406,71)	(217.630.140,72)
Imobilizado (Nota 4g)	1.720.737,89	1.673.679,14			
(Depreciações/Amortizações) (Nota 4g)	(1.319.598,32)	(1.244.512,46)	Total do Patrimônio Líquido	(252.150.680,63)	(215.823.414,64)
Total do Ativo Não Circulante	137.452.519,93	135.254.951,36	TOTAL DO PASSIVO	191.095.746,75	188.499.803,83
TOTAL DO ATIVO	191.095.746,75	188.499.803,83			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas Financeiras	1.798.119,90	1.772.114,11
Receitas de Produção	15,00	165,00
Receitas de Comercialização	48.487,46	47.578,61
Variações Monetárias Ativas	3.431.755,78	4.184.799,76
Outras Receitas Operacionais (Nota 4.r)	13.618.696,60	11.199.369,15
Soma das Receitas Operacionais	18.897.074,74	17.204.026,63
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Financeiras	2.939.552,69	3.001.899,46
Despesas Tributárias	55.593,57	68.609,04
Variações Monetárias Passivas	40.591.435,35	41.609.368,52
Outras Despesas Operacionais	868.064,95	216.140,76
Somas das Despesas Operacionais	44.454.646,56	44.896.017,78
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(25.557.571,82)	(27.691.991,15)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas de Pessoal	7.457.085,19	6.779.186,95
Encargos Sociais	1.973.204,01	1.789.229,54
Serviços de Terceiros	1.015.193,14	892.067,11
Despesas com Materiais	107.656,65	127.711,02
Encargos Diversos	230.155,18	211.280,39
Soma das Despesas Administrativas	10.783.294,17	9.799.475,01
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(36.340.865,99)	(37.491.466,16)
Receitas (Despesas) Não Operacionais	13.600,00	0,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(36.327.265,99)	(37.491.466,16)
Lucro/Prejuízo por ação	(4,66)	(4,81)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
HISTÓRICO				
Em 01 de janeiro de 2011	1.806.000,00	726,08	(180.138.674,56)	(178.331.948,48)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	0,00	0,00
Prejuízo do Exercício	-	-	(37.491.466,16)	(37.491.466,16)
Em 31 de dezembro de 2011	1.806.000,00	726,08	(217.630.140,72)	(215.823.414,64)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	0,00	0,00
Prejuízo do Exercício	-	-	(36.327.265,99)	(36.327.265,99)
Em 31 de dezembro de 2012	1.806.000,00	726,08	(253.957.406,71)	(252.150.680,63)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Em R\$**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Sociedade de economia mista, tendo como acionistas os municípios de Santos (63,108%), São Vicente (15,767%), Guarujá (10,520%), Cubatão (10,520%) e Outros Acionistas (0,085%), que tem por objetivo: 1) Viabilizar condições técnicas e financeiras para a produção de habitações populares de baixo custo visando o atendimento às famílias de baixa renda. 2) Promover a recuperação ou erradicação de aglomerados de sub-habitações. 3) Promover o atendimento sócio-econômico às famílias residentes em áreas de risco. 4) Realizar pesquisas e estudos que permitam recuperar áreas de risco ou degradadas. 5) Assessorar tecnicamente seus acionistas, ou outras entidades, na promoção de programas e projetos de natureza habitacional e afins, tendo como fontes de financiamentos recursos municipais, estaduais e federais.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia de Habitação da Baixada Santista – COHAB, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 04 de março de 2013, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações financeiras: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, CPC 07 – Subvenção e Assistências Governamentais, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 24 – Evento Subsequente, CPC nº 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 30 – Receitas; CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTA 3 – MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

No exercício de 2012 ocorreu a mudança de prática contábil com a constituição da provisão para devedores duvidosos, com base na Lei 9.430/96, art. 9º ao 14º, incluindo-se na provisão, créditos com atrasos superiores a 24 meses, originários de financiamentos habitacionais concedidos, e que tenham sido alvo de ações judiciais para recuperação. Para o exercício de 2013 a Companhia intensificará medidas de combate a inadimplência com vistas à recuperação dos créditos, devendo alcançar mencionada provisão valores mais representativos em relação à inadimplência financeira registrada neste exercício.

NOTA 4 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias incorridas.
- b) Prestações a Receber – Correspondente ao saldo a receber dos mutuários, inclusive prestações vincendas de amortização e juros no exercício de 2013 (R\$ 479.435,52), acrescidas, para os vencimentos até 31/12/2012, da mora incorrida até essa data e Provisão de Juros Contratuais integrantes das prestações a receber até o exercício de 2008, transferido de Resultado de Exercícios Futuros, como conta redutora do ativo conforme determinação da Lei 11.638/07, sendo parte segregada como Não Circulante – vide letra "d". A partir do exercício de 2009 os juros contratuais passaram a ser contabilizados integralmente como receita financeira tendo como referência o mês gerador da provisão. Compõe este ativo os encargos moratórios previstos contratualmente e, nos contratos do empreendimento "Tancredo Neves II-A", mencionada composição recebe somente parte de dita incidência em razão do perfil da inadimplência apresentado para àqueles créditos os quais enquadram-se na condição de difícil recuperação. Constituição em 2012 de Provisão para Devedores Duvidosos com base na Lei 9.430/96, art. 9º ao 14º, incluindo-se os créditos vencidos a mais de 24 meses e que a Cia ingressou com ações para recuperação desses créditos - vide Nota 3.
- c) Outros Valores Realizáveis a Curto Prazo – Representada em maior montante por valores a receber das seguradoras (R\$ 25.788.400,70) a título de indenizações de sinistros no âmbito do seguro do SFH, represadas em razão da inadimplência com os prêmios de seguro – vide letra "f".
- d) Devedores por Vendas Compromissadas – Representada pelo saldo credor dos financiamentos concedidos a mutuários finais, com recursos do FGTS, obtidos através de empréstimos na CEF, corrigidos monetariamente pelos índices contratualmente previstos, segregando-se para o Ativo Circulante o montante de R\$ 479.435,52-, referente prestações de amortização e juros vincendas em 2013; e Provisão de Juros Contratuais sobre emissão de prestações a receber até o exercício de 2008, transferido de Resultado de Exercícios Futuros, como conta redutora do ativo conforme determinação da Lei 11.638/07, sendo parte segregada como Circulante – vide letra "b".
- e) Projetos em Fase de Desenvolvimento – Representada pelo valor remanescente do desembolso de verbas do FGTS, através da CEF, para realização das obras de aterro hidráulico no C.R. Tancredo Neves relativo às fases subsequentes à I e II-A e valor de aquisição do terreno, mediante instrumento de rerratificação celebrado em 13/12/2007, - vide letra "q".
- f) FCVS a Receber a Longo Prazo – Representada por créditos a realizar perante àquele Fundo, no prazo de até 360 meses, contados a partir de 01/01/1997, atualizados monetariamente e remunerados até 31/12/2012, tendo como origem os saldos apurados como de responsabilidade do Fundo, em função das liquidações antecipadas, término dos prazos e transferências de contratos dos mutuários

com cobertura de citado Fundo, - vide Nota 6 letra “a” – onde maior montante se refere a anistia de 100% dos valores dos saldos devedores vincendos de 4.343 contratos, anistia essa amparada pela Lei 10.150/2000, art. 1º, parágrafo 2º, inciso I, cujos valores estão em processo de habilitação, homologação e validação junto a Administradora do FCVS. Esta conta consta com 5.187 contratos validados nos seus valores habilitados e 1.749 contratos em processo de análise, totalizando 6.936 contratos habilitados.

- g) Investimentos, Imobilizado e Depreciações/Amortizações - Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. Depreciação calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas com base na vida útil-econômica dos bens.
- h) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias incorridas;
- i) Impostos e Contribuições a Recolher – Representada, em montante maior pelo parcelamento do Refis IV – Lei 11.941/2009 (R\$ 750.045,24) parcelas vincendas em 2013 – vide letra “p”, parcelamento de Execução Fiscal nº 1113/2005 – CETESB (R\$ 308.176,85), parcelamento de outras quatro execuções fiscais da CETESB (R\$ 161.109,52) e contribuições devidas ao INSS (R\$ 291.182,02);
- j) Obrigações de Empréstimos – Representada por Prestações de Retorno ao FGTS/CEF vincendas em 2013 (R\$ 1.259.579,76) e pelo saldo devedor do contrato de empréstimo 004009-90 do C.R. Humaitá (R\$ 120.950.523,37), cujo prazo chegou a termo em Agosto de 2009; pelo saldo devedor do contrato 0010954-27 do C.R. Tancredo Neves I (R\$ 28.404.447,05) cujo prazo chegou a termo em 11/2012; pelo contrato de renegociação 0242643-74 (R\$ 113.535.597,56), que entrou em fase de retorno pelo seu valor integral em 01/2011, e por mais sete contratos de empréstimos com parcelas de retorno não recebidas pela CAIXA (R\$ 6.038.163,48), abatidos de parcelas pagas e ainda não amortizadas pela CAIXA no montante original de R\$ 2.087.030,50, todas corrigidas monetariamente e acrescidas de juros e multas por atraso no recolhimento (R\$ 93.264.885,34), com impacto direto no resultado do exercício;
- k) Recebimentos por Conta de Sinistros e Liquidações Antecipadas - Representada por liquidações antecipadas decorrentes de sinistros reconhecidos pelas Seguradoras no período de 1993 a 1994 e não repassadas ao Agente Operador do FGTS. Esta conta passou por encontro de contas com a negociação de débitos ocorrida em 12/2007 e seu ajuste se deu no exercício de 2.009, vide Nota 6 letra “b”.
- l) Prêmios de Seguros a Pagar – Representada por prêmios mensais de seguro do SFH a repassar às Seguradoras. Esta conta foi objeto de conciliação no exercício de 2004, apurando-se os débitos e seus encargos financeiros com base nos normativos vigentes nos respectivos períodos da obrigação, comparados e ajustados com as planilhas apresentadas pelas Seguradoras contratadas por esta Companhia e responsáveis pelas coberturas no período do débito – 01/1991 a 01/2001 – trazendo-se à posição de 31/12/2012, corrigida monetariamente com a aplicação de juros de mora de 2% por decêndio ou fração no período de 01/1991 a 09/1993 e 1% ao mês ou fração a partir de 10/1993.
- m) FCVS a Recolher - Representada pelas Contribuições Trimestrais (R\$ 4.557.450,46), e Mensais (R\$ 3.530.827,83), reguladas pelo DL 2.164/84, DL 2.406/88, MP 1.635/97-18 e Lei 10150/2000, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros e multas por atraso no recolhimento.
- n) Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo - Representada em maior montante por provisão de férias e encargos incidentes (INSS e FGTS) no montante de R\$ 910.026,79.
- o) Empréstimos junto ao FGTS/CEF - Fase Retorno – Representada por empréstimos obtidos junto ao FGTS para execução de projetos habitacionais, corrigidos monetariamente pelos índices contratualmente previstos, segregando-se para o Passivo Circulante: 1) o montante de R\$ 1.259.579,76 referentes prestações de retorno vincendas em 2013 - vide letra “j”.
- p) Contribuições a Recolher – INSS TADF – Débito referente INSS assumido pela Prefeitura Municipal de Santos dependente ainda da definição, por parte do Acionista, da forma de amortização (R\$ 15.354.787,81) – INSS – Parcelamento pela Lei 11.941 de 27/05/2009, saldo de parcelas com vencimento após 2013 até 08/2016 (R\$ 2.956.252,15), vide letra “i”.
- q) Outros Valores Exigíveis a Longo Prazo - Representada em montante maior por Provisão para Contingências decorrentes de processos judiciais (R\$ 3.028.478,90), em observância ao CPC 25 esta provisão é constituída pela totalidade dos valores informados pelos Assessores Jurídicos. E pelo valor do empréstimo para fins de aquisição em 13/12/2007 do terreno do C.R. Tancredo Neves (R\$ 4.425.139,97), atualizado até 31/12/2012 e que entrou em fase de retorno em 01/2011.
- r) Outras Receitas Operacionais - refere-se em seu maior montante (R\$ 13.618.696,60) a reembolso de despesas com gerenciamento técnico do Fundo de Incentivo à Construção de Habitação Popular – FINCOHAP.

NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R\$ 1.806.000,00, totalmente integralizado, está representado por 7.800.000 ações ordinárias nominativas.

NOTA 6 – EVENTOS RELEVANTES

- a) Com a edição da Lei 10.150, de 21/12/2000, a Companhia promoveu entre 2001 e 2009, a anistia de 4.343 contratos de financiamentos habitacionais, firmados com recursos do FGTS, assinados até 31/12/87 e com cobertura do FCVS, representando em 31/12/2012 valor acumulado de R\$ 119.540.841,56, valor esse a ser ajustado pela auditoria do FCVS tendo como base a legislação aplicável ao SFH, o que poderá determinar apuração de valor menor que o aqui apontado, em razão do enquadramento

legal das condições iniciais de contratação e respectivas alterações, considerando-se que parte considerável dos contratos firmados com os mutuários finais não contemplaram na íntegra a legislação vigente à época de sua celebração e alterações bem como a tipificação dos contratos, especificamente os dos empreendimentos Jardim Pombeba e Tancredo Neves I, bem como os contratos celebrados após 1988, conforme letra “f” da Nota 4.

- b) Em 12/2007, amparado pela RCCFGTS nº 353/2000 foi assinado o contrato de renegociação de débitos vencidos em favor do FGTS/CEF e cuja data limite de consolidação foi prorrogada até 12/2010, tendo como moeda de pagamento os créditos existentes perante o FCVS, os quais deveriam ser novados até aquela data, com a exigência de regularidade perante a Fazenda Federal, Previdenciária, contribuições ao FCVS e com o Seguro Habitacional. Vencido o prazo limite inicialmente estabelecido pelo Órgão Operador e sem nova prorrogação de prazo para consolidação, este foi cobrado integralmente (letra “j” da Nota 4) em 04/01/2011 e encontra-se em atraso gerando, juros de mora e multas com impacto no resultado do exercício (R\$ 19.360.349,88).
- c) Assinou ainda a Companhia, naquele mês e ano, o contrato de rerratificação para aquisição da área do terreno onde se localiza o empreendimento Tancredo Neves, em São Vicente/SP, tendo também como moeda de pagamento preliminar os créditos perante o FCVS cuja utilização se sujeita às mesmas exigências mencionadas na letra “b”, e com a não prorrogação de prazo, entrou em fase de retorno em 04/01/2011.
- d) Em 08/2009 e 11/2012, ao término dos prazos dos contratos de empréstimos com o FGTS/CEF relativo às prestações de retorno do Conjunto Residencial Humaitá e Tancredo Neves I, empreendimentos entregues em 1983 e 1987, no município de São Vicente, com 3.768 e 1.000 unidades habitacionais, após transcorridos 300 meses, mencionados contratos geraram resíduos financeiros de R\$ 120.950.523,37 e R\$ 28.404.447,05 – letra “j” da Nota 4 -, resultando em encargos financeiros significativos para os exercícios subseqüentes com considerável impacto nos resultados patrimoniais.

HELIO HAMILTON VIEIRA JUNIOR
Diretor Presidente

MAURÍCIO QUEIROZ PRADO
Diretor Administrativo, Financeiro e de Habitação

SONIA MARIA LUZ DE ALENCAR
Diretora Técnica

ALZIRA RANIERI
Técnica de Contabilidade
CRC 1SP073.726/O-8

Conselho Fiscal
Emerson dos Santos
Horácio Pinheiro
Ricardo Ferreira de Souza Lyra

Conselho de Administração
Presidente – Helio Hamilton Vieira Junior
Agostinho Silvério de Souza Junior
Antonio Carlos Bispo de Almeida
Carolina Vicentini de Barros Corrêa dos Santos
Luiz Alberto Barreto
Milton Aparecido Francisco Junior
Paulo de Toledo Ribeiro

RELATÓRIO FINANCEIRO EM 31/12/2012

1. ANÁLISE DO RESULTADO

1.1. RESULTADO DO EXERCÍCIO

1.1.1. RECEITAS OPERACIONAIS

Diminuição de 9,88% (R\$ 17,2 milhões em 2011 e R\$ 18,9 milhões em 2012), decorrente do resultado, para maior, de Outras Receitas Operacionais (R\$ 11,2 milhões em 2011 e R\$ 13,6 milhões em 2012); diminuição das Variações Monetárias Ativas (R\$ 4,1 milhões em 2011 e 3,4 milhões em 2012).

1.1.2. DESPESAS OPERACIONAIS

Diminuição de 0,98% (R\$ 44,9 milhões em 2011 e R\$ 44,5 milhões em 2012), decorrentes da diminuição de Variações Monetárias Passivas (R\$ 41,6 milhões em 2011 e R\$ 40,6 milhões em 2012); e aumento de Outras Despesas Operacionais (R\$ 0,2 milhão em 2011 e R\$ 0,8 milhão em 2012)

1.1.3. RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

Em função do exposto nos itens 1.1.1 e 1.1.2, em grau maior, apurou-se Resultado Operacional Bruto Negativo de R\$ 25,5 milhões, em comparação com R\$ 27,7 milhões negativos em 2011. Credita-se o Resultado Operacional Bruto Negativo a atualização monetária e juros sobre os saldos dos empréstimos perante o FGTS/CEF e juros e multas sobre saldo devedor vencido por término do prazo do contrato de empréstimos do C. R. Humaitá ocorrido em 08/2009 e saldo devedor do contrato de renegociação 0242643-74 colocado em retorno em 01/2011, pelo seu valor integral.

1.1.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Aumento de 10,00% (R\$ 9,8 milhões em 2011 e R\$ 10,78 milhões em 2012), com custeio médio mensal de R\$ 816.622,92 em 2011 e R\$ 898.607,85 em 2012.

1.1.5. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

Apurou a Companhia prejuízo de R\$ 36,3 milhões, originário, em grau maior, do desequilíbrio entre as Receitas Operacionais (R\$ 18,9 milhões) e Despesas Operacionais (44,4 milhões), ambas tendo como fato gerador relevante, respectivamente, a posição dos financiamentos concedidos aos mutuários finais e a posição dos empréstimos obtidos perante o FGTS/CEF, acrescendo-se das Despesas Administrativas em R\$ 10,78.

2. ANÁLISE POR ÍNDICES DE LIQUIDEZ

- 2.1. Quanto a Liquidez Corrente, dispõe a Companhia de R\$ 0,13 para cada R\$ 1,00 de compromisso, aumentando o desequilíbrio quando comparado com o exercício de 2011.
- 2.2. Quanto a Liquidez Geral, dispõe a Companhia de R\$ 0,43 para cada R\$ 1,00 de compromisso, aumentando o desequilíbrio quando comparado com o exercício de 2011.
- 2.3. Quanto ao Índice de Endividamento, apresenta 131,9% de endividamento acima de seus ativos, o que corresponde a R\$ 1,00 de ativo para cada R\$ 2,32 de passivo.

3. PERFIL DA RESPONSABILIDADE ACIONÁRIA RELACIONADA AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Acionistas	Participação - %	Distribuição do Patrimônio Líquido
Prefeitura Municipal de Santos	63,108	(159.127.251,54)
Prefeitura Municipal de São Vicente	15,767	(39.756.597,81)
Prefeitura Municipal de Guarujá	10,520	(26.526.251,60)
Prefeitura Municipal de Cubatão	10,520	(26.526.251,60)
Outros Acionistas	0,085	(214.328,08)
Total	100,00	(252.150.680,63)